

## OS MUSEUS E SEU PAPEL COMO LUGAR DE MEMÓRIAS

### Museums and their role as a place of memory

Agnes Lang<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Coordenadora dos Cursos de Artes Visuais e Fotografia e Membro do Grupo de Pesquisa Arte, Educação e Sociedade, Centro Universitário FAVENI (UniFAVENI), Guarulhos - SP, [agnes@unifaveni.com.br](mailto:agnes@unifaveni.com.br)

### RESUMO

Este trabalho tem por finalidade realizar uma reflexão bibliográfica a respeito da construção e manutenção de espaços sociais identitários, neste estudo especificamente os museus, a partir da análise do conceito da memória coletiva. Considera-se, neste caso, a possibilidade da memória ancorar-se num espaço determinado e as questões subjetivas que se encontram articuladas à construção deste espaço e as vivências relacionadas a ele. Neste sentido, museu e memória articulam-se às características dos grupos não só por estarem ligados ao passado, aos hábitos e tradições adquiridas, mas a sua capacidade de elaborar novas possibilidades de vida, novos objetivos e assim construir novas identidades relacionadas tanto ao presente quanto ao futuro.

**Palavras-chave:** Museu. Memória. Identidade.

### ABSTRACT

This work aims to carry out a bibliographical reflection on the construction and maintenance of identity social spaces, in this study specifically the museums, from the analysis of the concept of collective memory. In this case, it is considered the possibility of memory being anchored in a specific space and the subjective issues that are articulated to the construction of this space and the experiences related to it. In this sense, museum and memory are linked to the characteristics of the groups, not only because they are linked to the past, to acquired habits and traditions, but also to their ability to develop new possibilities for life, new goals and thus build new identities related to both the present and the future. to the future.

**Keywords:** Museum. Memory. Identity.

### INTRODUÇÃO

**“Existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre”.  
Henri Rousso**

Neste estudo, através da análise da memória coletiva, procura-se descobrir a importância da construção e manutenção de espaços sociais identitários, neste caso específico, os museus, e sua relação com a sociedade.

Será abordada a questão da memória privilegiando a construção da memória coletiva e a sua consequente inserção na retórica museológica. Ainda que toda memória seja social, já que sua construção envolve a relação com o *socius*, considera-se memória coletiva aquela que se refere à construção de um grupo determinado no interior de um campo social mais vasto.

Para tanto, remete-se, inicialmente, a Maurice Halbwachs, que, em seu livro *A Memória Coletiva* (1990), afirma que, mesmo estando só e vivenciando determinada situação, esta experiência pode também ser lembrada pelos outros. Pois que, por mais que apenas uma pessoa tenha participado de determinado acontecimento, nunca se está sozinho. “Temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (1990, p.26).

Neste sentido, pode-se entender a memória como um fenômeno social em que o indivíduo encontra-se diretamente ligado a algum grupo durante a reconstrução de suas lembranças. Isto é, para cada instância da memória está envolvido um tipo de relacionamento social, quer seja constituído por sua família, amigos, trabalho ou qualquer outro.

Para Halbwachs (1990, p.82), a memória de um grupo é uma espécie de corrente de pensamento natural capaz de reter do passado somente aquilo que ainda está vivo. Neste sentido, ao analisar-se a parte viva de uma comunidade/grupo/etnia tem-se contato com diversos aspectos de sua memória, pois que, para cada indivíduo, há um diferente elemento vivo em sua consciência e estes, ao serem constituídos museologicamente trazem para as mais variadas pessoas um conjunto de informações escolhido para ser divulgado.

Não significa, entretanto, que se esteja afirmando que um indivíduo sozinho seja incapaz de recordar-se, ou ainda que, somente através de entidades sociais seja possível exercer a atividade da recordação. Deve-se estar atento, no entanto, para o fato de que, ao lembrar, evoca-se a presença de um outro e, por conseguinte, busca-se assistência nos outros ou em suas obras. O museu, nesse caso, personifica essa evocação de lembrança para pessoas as mais diversas. Cada qual com suas próprias experiências e vivências e que, ao entrarem em contato com o espaço museológico, respondem à sua maneira às provocações propostas pelo espaço.

Através da família, por exemplo, é possível conservar a presença das primeiras lembranças. Segundo Halbwachs, citado por Jean-Michel Alexandre, “[...] um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não vêem” (1990, p.23). Portanto, o indivíduo ao assumir a sua memória individual parte do ponto de vista de uma memória coletiva.

Henri Rousso, em seu texto *A Memória não é mais o que era* (1998), afirma efetivamente que a memória, em seu sentido básico, é a presença do passado, e que por se tratar de uma reconstrução psíquica e intelectual implica, de fato, uma representação seletiva do passado. No entanto, complementa dizendo que este passado não é aquele do indivíduo somente, mas deste indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional. Neste sentido, conclui ser a memória um fenômeno coletivo, exatamente como sugeriu Maurice Halbwachs (1990).

Para Rousso (1998), o atributo mais imediato da memória “[...] é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana” (p.94-95). Por tudo isso, para ele, a memória é um elemento essencial para a percepção de si e dos outros e conseqüentemente um fator imprescindível para a questão da identidade.

Em *Memória, Esquecimento e Silêncio* (1989), Michael Pollak afirma que Halbwachs não vê a memória coletiva como uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, mas que, na realidade, ele acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum. Ao afirmar que a memória age com o intuito de reforçar a coesão social, ele coloca em questão a adesão afetiva do grupo, que passa a poder ser denominado de comunidade afetiva.

A memória, portanto, é vista como um elemento relacional, passível de flutuações, transformações e mudanças. Todo esse dinamismo, essa mobilidade constante, tornam-na, de certa forma, seletiva e classificatória.

Segundo Michael Pollak, em seu texto *Memória e Identidade Social* (1992, p.203), “[...] nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado”. Entende-se, com isso, que a memória é um fenômeno que se encontra sempre em construção e que a memória individual ao gravar, recalcar, excluir, relembrar, está exercendo o seu poder de organização. Por isso, pode-se dizer que tanto a lembrança como o esquecimento são partes constituintes da memória e que, desta maneira, as lembranças escolhidas são as mais favoráveis à manutenção da identidade dos grupos e dos indivíduos num determinado momento. Um museu também organiza suas memórias de acordo com o que deseja transmitir. A escolha ou não em expor uma peça do acervo é um movimento de memória ou esquecimento que deve ser entendida também como manutenção de uma identidade.

Segundo Jô Gondar, em seu texto *Lembrar e Esquecer: Desejo de Memória* (2000, p.36), deve-se admitir o esquecimento como um fator necessário “[...] não apenas para a evocação da lembrança – só lembramos porque esquecemos – mas para a própria constituição da memória”.

A autora adverte, no entanto, que uma coisa é a falha na evocação das recordações; outra, muito diferente, é a exclusão necessária à própria produção das lembranças. A questão da escolha, consciente ou inconsciente, do que, entre tantos acontecimentos e estímulos, deve ser lembrado ou esquecido é um fator importantíssimo na delimitação dos traços de memória (como, por exemplo, fazem os museus). Da mesma maneira que determinados estímulos são guardados, outros tantos são esquecidos sem que sequer tenham sido convertidos em lembrança. Não se deve considerar, entretanto, o esquecimento como um problema, ou simplesmente um fator negativo da memória. Ele deve ser analisado mais como um ato, como uma dimensão que participa positivamente da construção da memória, pois, como afirma Nietzsche (1978), o esquecimento permite a libertação da repetição e a produção do novo. Em outros termos, o esquecimento é parte integrante da memória.

Nesse caso, deve-se também considerar o silêncio como uma forma de memória. Como salienta Pollak (1989), o indivíduo que silencia manifesta uma angústia. Ele se aflige com a possibilidade de que talvez ninguém queira escutá-lo, de ser punido pelo que tem a dizer ou ainda por dar margem a mal-entendidos. Outras vezes, ele deseja apenas poupar seus filhos, seus amigos, sua família de compartilharem a lembrança de suas feridas. Ou ainda, resguardar-se de suas próprias recordações que, muitas vezes, causam dor e desconforto.

O silêncio, mesmo não trazendo a felicidade que muitas vezes é possibilitada pelo esquecimento, é uma forma que o indivíduo encontra para conviver com os fatos marcantes de seu passado. Ao silenciar, ele acredita que a partir de então não se lembrará mais de nada que o desagrade em sua história de vida. No entanto, no momento em que percebe que vai desaparecer, muitas vezes, ele passa a querer inscrever suas lembranças, para que sua história não caia no esquecimento. Neste momento, muito mais do que a dor ou a vergonha, o que importa é passar adiante a sua vivência. Desta forma, pode-se perceber como a fronteira entre silêncio, esquecimento e memória, por vezes, pode se tornar bastante tênue.

Existem museus que procuram, por outro lado, trazer ao público exatamente os fatos marcantes do passado para que possam sempre ser lembrados como marcos históricos que não devem nunca ser esquecidos, como os museus referentes ao nazismo, por exemplo.

Como disse Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (1996, p.45), deve-se observar a memória como um lugar onde cresce a história. Uma alimenta a outra de forma que ao recuperar o passado se está, de certa maneira, servindo também ao presente e ao futuro. Assim, deve-se trabalhar a memória coletiva de forma a que contribua para “[...] a libertação e não para a servidão dos homens”.

No entanto, ao se analisar a memória deve-se ter em mente que esta é uma reconstrução do passado processada incessantemente com a ajuda de dados emprestados do presente. Muitas vezes as reconstruções são tantas que as lembranças vão se tornando cada vez mais alteradas.

Como afirma o próprio Halbwachs (1990), a memória se encontra em contínuo desenvolvimento, não existindo linhas de separação nitidamente traçadas entre passado e presente. Ao contrário do que acontece com a história, esses limites são irregulares e incertos. A memória é um constante ir e vir de recordações, presentificando fatos, de forma que a lembrança sempre seja vista com os olhos do momento atual sobre um acontecimento ocorrido num tempo passado.

Halbwachs (1990, p.25) afirma que “[...] se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais”. Esta afirmação faz do presente um momento tão importante para a lembrança como o passado. Porque ao se considerar a memória uma construção do tempo presente, tem-se em mente que a partir desta articulação entre presente e passado, passa a existir também uma projeção de futuro, pois as ações e posicionamentos perante a vida são feitos de acordo com aquilo que se foi e que se lembra ter feito.

James Fentress e Chris Wickham, em seu livro *Memória Social* (1992), também tratam desta relação passado e presente, ao articular a memória à construção de uma identidade. Afirmam que, ao recordar, está se elaborando uma representação de si mesmo para aqueles que estão à sua volta. Quando articula-se a sua natureza de maneira equilibrada, as pessoas se tornam aquilo que se lembram.

Desta maneira, pode-se aferir que “[...] a maneira como nos lembramos, a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e colectivas através das nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas idéias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros – é o estudo da maneira como somos” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.20). Portanto, se as pessoas são da maneira como apresentam suas memórias para os outros e para si mesmos, pode se dizer que certamente sua memória interfere na vida que tem e também na vida que pretende ter no futuro. De todo modo, as relações tanto com o passado, como com o presente e o futuro se fazem de forma constante ou intermitente num processo de transformação.

Deve-se também atentar para o fato de que, por estar a memória sempre em construção e por ser um fenômeno passível de mudanças, ela está sujeita a assimilar de forma igual tanto fatos verdadeiros como falsos. O que não diminui o seu valor como objeto de estudo. Apenas deve-se ter em mente que a memória não é e nem deve ser considerada como um atributo objetivo e que a noção de verdade que aí tem lugar é a de uma verdade subjetiva.

Fentress e Wickham (1992), no entanto, em dado momento discordam de Halbwachs (1990), pois acham que seu conceito de memória coletiva encontra-se à parte dos processos de pensamento do indivíduo. Para eles, na realidade, a concepção de memória deveria ter sido elaborada de forma a valorizar o lado coletivo, mas sem que apenas este aspecto fosse tido como o mais importante. Para eles, Halbwachs deveria ter tratado do indivíduo, não sem dar importância ao lado coletivo da vida consciente, mas também sem transformá-lo numa espécie de autômato, passivo, totalmente dependente da vontade coletiva. Eles acreditam que muito do que o indivíduo recorda refere-se a ele pessoalmente e, por isso, não pode mesmo estar em outro lugar que não a sua própria consciência. No entanto, considerar verdadeira esta afirmativa será o que mesmo que dizer que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos, o que, na realidade, não procede. Todo indivíduo está diretamente relacionado à sociedade; ele é, fundamentalmente, um indivíduo social. Não há como um desconsiderar os outros. Isto significa que todo indivíduo faz parte de um sistema social e que não existem formas de excluir-se, pois mesmo os excluídos fazem parte de um sistema e mesmo os excluídos podem ser musealizados.

Neste estudo, o sistema social analisado está relacionado às construções das memórias e discursos tanto das pessoas enquanto indivíduos, como suas relações de memória enquanto seres coletivos que formam a sociedade e essa relação com as narrativas dos museus.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Na pesquisa o conceito de memória se encontra articulado ao conceito de espaço. De acordo com Maurice Halbwachs (1990, p.143), “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial.” Desta forma, o espaço associa-se à memória de maneira peremptória e segura. E mais, ele afirma ainda que não existe qualquer tipo de atividade coletiva que não se desenvolva ou tenha relação com o espaço. Para ele, os grupos gravam no solo a sua marca, de maneira que suas lembranças coletivas estejam tão intrinsecamente ligadas a este quadro espacial que possam representar um ao outro. Quantas maneiras houver para se representar um espaço, tantos grupos existirão.

Halbwachs (1990, p.159-160), no entanto, associa somente o espaço físico à memória. Ele o delimita como o único possível, pois nele existe a estabilidade das coisas materiais. Para ele, ao basear-se no espaço físico, manter-se em seus limites e sujeitar sua atitude à sua disposição, tem-se maior oportunidade de eternizar e de fazer durar a memória. O autor também assinala que a sociedade recorta o espaço a seu modo, de uma vez por todas, seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo, onde possa encerrar e localizar suas lembranças.

Acredita-se, entretanto, que definir o espaço apenas com relação à sua fisicalidade seja empobrecer o conceito em demasia. Não que o espaço enquanto elemento físico não seja também produtor de memória, mas não se pode restringi-lo a este elemento. O espaço deve ser considerado para além de sua materialidade, em sua esfera imaterial e simbólica. Desse modo, o espaço transforma-se numa dimensão subjetiva. Torna-se um espaço produzido e produtor de representações, adquirindo um caráter identitário e afetivo, transbordante de significados.

David Harvey, em seu texto *A Experiência do Espaço e do Tempo* (1993), discute esta questão. Ele constata que a construção das memórias nos espaços advém de práticas materiais tão variadas quanto as experiências individuais e coletivas. Por isso, o espaço deve ser contextualizado de acordo com a proposta do estudo. Para Harvey, as práticas espaciais de toda sociedade são cheias de sutilezas e complexidades; todavia, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e generalizá-las. Deve-se também observar que muitas das vezes o espaço está diretamente relacionado com os processos de reprodução e de transformação das relações sociais e, portanto, encontra-se ligado especificamente ao modo de funcionamento de um determinado grupo.

Segundo Harvey (1993, p.201), a história das mudanças sociais também está relacionada com a história das concepções de espaço e com os usos ideológicos dados a essas concepções. Além disso, para ele, “[...] todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais.”

Neste sentido, é importante estabelecer que a observação do espaço, neste estudo, se dá no sentido de estabelecer-lo como elemento referente às relações sociais e sua função como construtor das memórias identitárias de grupos. Acredita-se que as práticas espaciais estão sempre relacionadas com as relações sociais e é destas últimas que deriva sua eficácia. Sob as relações sociais das comunidades musealizadas, por exemplo, as práticas espaciais retratam “O exercício do direito à memória, ao passado, ao presente e ao futuro, do direito à preservação, à mudança e à criação [sendo] um repto para uma política de museus na contemporaneidade.” (CADERNO, 2006, p.10) Porque as práticas espaciais sempre se referem a algum tipo de



conteúdo de classe ou qualquer outro conteúdo social, nunca permanecendo neutras, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. (HARVEY, 1993)

Para Harvey (1993), não se pode desconsiderar a questão teórica do espaço, pois ele faz parte de uma das categorias básicas da existência humana e afeta diretamente a maneira como se interpreta o mundo e, conseqüentemente, a forma como as pessoas se relacionam com ele. Por isso, estabelecer a concepção de espaço adotada torna-se imprescindível na abordagem desta temática.

Para qualificar a abordagem do espaço, utiliza-se os estudos de Marc Augé, que em seu texto *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade* (2001), afirma que o espaço é capaz de construir lugares e não-lugares. Os lugares, sempre investidos de sentido, possuem três características comuns. Eles podem ser considerados como identitários, relacionais e históricos. Isso quer dizer que, por mais que num mesmo lugar existam elementos diferentes e singulares, e por mais que ocorram mudanças no decorrer do tempo, existe uma forma de relação e uma identidade partilhada que faz dele um lugar comum. Para Augé (2001), a questão identitária, relacional e histórica de um lugar é tão importante que, a seu ver, um espaço que não possua essas características deve ser considerado como um não-lugar.

Desta maneira, “[...] o sentido espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido”. (AUGÉ, 2001, p.45).

Portanto, “[...] a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro)”. (AUGÉ, 2001, p.50)

Percebe-se, com isso que, memória e espaço possuem como característica a possibilidade de definir os pontos de comunhão de um grupo e os pontos que o diferenciam dos outros, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento deste grupo e, conseqüentemente, instituindo e estruturando as suas fronteiras sócio-culturais. Desta maneira, pode-se então estabelecer uma relação entre o espaço e a memória, marcando sua importância para a construção da identidade de um grupo.

Esta identidade não é estática. Ela se encontra em permanente construção, sendo produzida a partir das relações que um sujeito ou um grupo estabelece com o outro. A identidade está sempre se relacionando com o que lhe é exterior, está sempre em movimento, sempre sendo formada. Por isso, não se pode tratar a identidade como uma coisa acabada; deve-se vê-la como um processo em andamento, pois ela surge de uma falta de inteireza, sendo constituída também por aquilo que é exposto pelo exterior, pelo modo que se imagina ser visto por outros.

O outro é muito importante para a construção da identidade, pois significa a alteridade, aquilo que não é o próprio, mas que se relaciona com ele. A relação com o outro obriga o indivíduo a iniciar um processo de negociação com o meio social; com culturas, tradições, linguagens e histórias diversas. Neste processo de negociação o indivíduo não chega a perder sua identidade inicial, pois carrega em si traços particulares pelos quais sua vida foi marcada, mas também não se pode dizer que sua identidade permaneça intacta e inalterada. Uma pessoa carrega sempre um pouco de si, mas também um pouco do outro que é diferente.

No verbete Documento/Monumento, publicado em *História e Memória*, Jacques Le Goff (1996) afirma que, apesar da história ser feita com base em documentos escritos, deve-se

ter a capacidade de não se restringir apenas a eles. Deve-se ter a habilidade de trabalhar com tudo aquilo que, de alguma forma, pertença, dependa, sirva, exprima e demonstre a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas palavras de Febvre:<sup>1</sup> o que mais poderia exprimir o homem do que o próprio homem? O que maisalaria do homem, do que ele mesmo? Le Goff (1996) afirma que a palavra documento deve ser buscada em um sentido mais amplo, não apenas como documento escrito, mas também como objeto ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou por qualquer outro meio. Um documento deve ser analisado a partir das linhas de força que o construíram. Assim como o documento é um produto fabricado pela sociedade de acordo com seus interesses na época, as memórias são fabricadas de acordo com a visão que cada um tem da história vivida. Cada fato é observado de acordo com a visão particular de seu interlocutor com o intuito de deixar para o futuro a sua versão da história. Nesse sentido, poderíamos dizer que os registros destas versões são não apenas documentos, mas monumentos.

Por este motivo, deve-se sempre tratar os documentos não como um documento-verdade, pois como afirmou Le Goff (1996), todo documento é mentira. Deve-se ter, na realidade, a visão de que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, pois todo documento, assim como todo monumento, são criações, construções que necessitam ser desmontadas, demolidas, desestruturadas de forma a que possam ser analisadas.

É neste mesmo sentido que se posiciona Henri Rousso, em seu texto *O arquivo ou o indício de uma falta* (1996). Ele nos diz que “existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre.” (p.89) Portanto, trabalhar com fontes escritas, mesmo que primárias, não significa estar fundamentado na veracidade dos fatos. No entanto, este método possibilita a revelação de respostas que não podem ser encontradas em mais nenhum outro lugar, por isso a importância dos museus na construção dessas memórias.

## CONCLUSÃO

História e memória, indivíduo e coletividade, questões públicas ou privadas possuem lugar de relevo para a construção de identidades pessoais ou sociais. Tudo parte de uma observação, uma vivência ou uma informação coletada com o intuito de esquecer, guardar ou transmitir informação.

Os museus, as coletividades bem como os indivíduos fazem sua retórica a partir daquilo que desejam mostrar ou não, de suas falas e silêncios, de suas memórias e esquecimentos. Cada qual de acordo com sua verdade, experiência, vivência ou público a ser atingido.

Identificar e reconhecer que existem esses lugares de vazios e preenchimentos em diferentes tempos e localidades implica reconhecer que eles são, ao mesmo tempo, lugares de memória, de representação social e de mediação cultural, podendo ser acionados com o intuito de desenvolver ações tanto de preservação como de criação cultural e científica. Podem ser também lugares de representação utilizados para representar aquilo que é universal, nacional, regional, local, étnico e individual. Com relação à mediação ou comunicação pode-se disponibilizar narrativas que sejam grandiosas ou pequeninas, inclusivas ou exclusivas, com perfil de públicos amplos ou restritos. Tudo depende daquilo que se deseja transmitir.

---

<sup>1</sup> FEBVRE, L. Vers une autre histoire. In: *Revue de métaphysique et de morale*. LVIII.

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Papyrus, 2001.
- CADERNO de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição.
- FEBVRE, L. **Vers une autre histoire**. In: **Revue de métaphysique et de morale**, LVIII.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.
- GONDAR, Jô. **Lembrar e esquecer: desejo de memória**. In: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães e GONDAR, Jô (org.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **A experiência do tempo e do espaço**. In: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1978. Segunda dissertação, parte 1.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.
- ROUSSO, Henri. **O arquivo ou o indício de uma falta**. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1996.
- ROUSSO, Henri. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.